

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2024

(Da Sra. Sâmia Bomfim e outros)

Requer seja realizada, no âmbito desta Comissão, reunião de debate sobre o PL nº 5230/2023 (Novo Ensino Médio), com a presença do relator da matéria no plenário desta Casa, Sr. Deputado Mendonça Filho (União-PE).

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 24, XIII, e 117, *caput*, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos seja realizada reunião de debate sobre o **PL nº 5230/2023** (Novo Ensino Médio), com a presença do relator da matéria no plenário desta Casa, Sr. Deputado Mendonça Filho (União-PE), a fim de que esclareça pontos relevantes da matéria aos membros desta Comissão.

JUSTIFICAÇÃO

O ano de 2024 se apresenta desafiador para a Educação brasileira, que ainda se recupera dos impactos negativos gerados pelo governo anterior, distante das prioridades definidas pelo conjunto da sociedade. Entre os temas de grande monta que se encontram, por assim dizer, na ordem do dia, temos a proposta de



alteração curricular do ensino médio, que se convencionou chamar de Novo Ensino Médio.

A proposta, como se sabe, tem sido amplamente discutida, e há grande divergência sobre o tema na sociedade brasileira.

Iniciada no governo de Michel Temer, com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, a chamada “reforma do ensino médio” tornou-se fato consumado, ou quase, com a publicação da Portaria nº 521/2021 pelo ex-capitão Bolsonaro. Dita reforma foi amplamente rechaçada por entidades estudantis, associações científicas, sindicatos de docentes e movimentos sociais, os quais objetaram que ela foi gestada de modo autoritário e antipopular, seja porque o governo da vez se valeu do instrumento legislativo da Medida Provisória (no caso, a MP nº 746/2016), abortando um profícuo processo de debate sobre o Ensino Médio que se dava na sociedade e chegava ao Congresso Nacional, seja porque a implementação da nova lei teve início, já no governo de extrema-direita, em plena pandemia de Covid-19, com aulas presenciais suspensas ou precariamente retomadas na maior parte dos estabelecimentos de ensino, o que inviabilizou o debate democrático e o controle social.

O novo Projeto de Lei, concebido a partir da Consulta realizada pelo MEC, e encaminhado ao Congresso Nacional em 26/10/2023, revoga os elementos mais criticados da Lei nº 13.415/2017 e apresenta convergências com o conteúdo do Projeto de Lei nº 2601/2023, apresentado pela bancada da Federação PSOL-Rede junto com os deputados Bacelar (PV/BA), Tadeu Veneri (PT/PR) e Zeca Dirceu (PT/PR).

Temas como carga horária, flexibilização curricular, ensino da língua espanhola, educação à distância e valorização dos profissionais da educação, bem como o papel do capital privado na oferta do ensino profissionalizante, são objeto de grande preocupação por parte do conjunto da comunidade educativa, e por isso devem ser debatidos em profundidade por esta comissão de mérito, antes que a matéria seja apreciada no plenário desta Casa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade
Assessoria Técnica

Eis porque solicitamos aos nobres pares o apoio a este Requerimento.

Sala das Sessões, de março de 2024.

Sâmia Bomfim

PSOL/SP

Tarcísio Motta

PSOL/RJ

Fernanda Melchionna

PSOL/RS

Ivan Valente

PSOL/SP

Professora Luciene Cavalcante

PSOL/SP

Talíria Petrone

PSOL/RJ





Requerimento **(Da Sra. Sâmia Bomfim)**

Requer seja realizada, no âmbito desta Comissão, reunião de debate sobre o PL nº 5230/2023 (Novo Ensino Médio), com a presença do relator da matéria no plenário desta Casa, Sr. Deputado Mendonça Filho (União-PE).

Assinaram eletronicamente o documento CD247187857700, nesta ordem:

- 1 Dep. Sâmia Bomfim (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 3 Dep. Fernanda Melchionna (PSOL/RS) - Fdr PSOL-REDE
- 4 Dep. Ivan Valente (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE
- 5 Dep. Tarcísio Motta (PSOL/RJ) - Fdr PSOL-REDE
- 6 Dep. Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE

